



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682149 - RS (2021/0231249-5)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : MARCOS ROBERTO SOUZA MOREIRA
ADVOGADO : MARCOS ROBERTO SOUZA MOREIRA - RS069718
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : ANA INES BARBOSA DOS SANTOS (PRESO)
PACIENTE : CLAUDIONEI DOS SANTOS MOREIRA (PRESO)
PACIENTE : SILVIO EDUARDO MORAES MOREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANA INES BARBOSA DOS SANTOS, CLAUDIONEI DOS SANTOS MOREIRA E SILVIO EDUARDO MORAIS MOREIRA, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (HC n. 5066584-22.2021.8.21.7000).

Impetrou-se *habeas corpus* em favor de Ana Inês Barbosa dos Santos, Claudionei dos Santos Moreira e Silvio Eduardo Moraes Moreira, presos em flagrante e acusados do cometimento de crime ligado ao tráfico de entorpecentes.

Afirmou-se que não existiam motivos para a manutenção da prisão provisória dos pacientes, constituindo ela, manutenção, em ato ilegalmente constrangedor.

Pede-se as suas liberdades.

É o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, o impetrante não juntou aos autos cópia da decisão de primeiro grau que decretou a custódia cautelar, mas tão-só o acórdão impugnado, que nada faz referência ao respectivo *decisum*, desacompanhado das peças necessárias à análise do pedido.

A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se ao Tribunal de origem informações, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência